

JANAÍNA SESTREM

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO FÍSICA
ADAPTADA**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Física, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Ms. Cláudio Portilho Marques

**CURITIBA
2003**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por sempre estar ao meu lado e por suprir todas as minhas necessidades.

Aos meus pais que sempre me apoiaram e me direcionaram em muitas decisões durante a vida.

Aos meus irmãos pelo apoio dado durante esse período e por sempre estarem prontos a me ajudar.

Ao meu namorado por sempre me incentivar a continuar.

Ao meu orientador Cláudio Portilho pelo apoio, tempo dispensado para este trabalho e por ter sido quem me fez refletir sobre muitos assuntos relacionados a pessoa portadora de necessidades especiais.

Aos colegas do e professores do curso que fizeram desse período um tempo especial na minha vida.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivos verificar se o curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Paraná tem oferecido subsídios para os profissionais atuarem com as pessoas portadoras de necessidades especiais, diagnosticar quais são os acertos e falhas na formação profissional na área da Educação Física Adaptada e discutir como deveria ser esta formação na UFPR. A amostra foi composta por trinta e quatro professores formados pelo Curso de Educação Física da UFPR. Caracteriza-se por uma pesquisa de campo descritiva com enfoque qualitativo e quantitativo que utilizou de questionário como meio para obtenção de dados. Os resultados encontrados foram que a maioria dos professores não se sentem preparados para atuar com pessoas portadoras de necessidades especiais, que as disciplinas Metodologia Especial da Educação Física e Educação Física Adaptada dão pouco subsídios para atuação mas que norteia o trabalho com este público se comparado com os que não cursaram a disciplina, outras disciplinas como Genética e Evolução Aplicados à Educação Física e Natação B foram citadas como que trataram a pessoa portadora de necessidades especiais. Enfim é necessário que todas as disciplinas, independente da área de conhecimento, tratem a questão da pessoa portadora de necessidades especiais. E juntamente com disciplinas específicas poderiam ser um passo para uma formação sólida na área da Educação Física Adaptada. Como também é necessário que sejam realizadas novas pesquisas nesta área, pois assim a qualidade na atuação com pessoas portadoras de necessidades especiais seria melhor e novos parâmetros seriam tomados para que as pessoas portadoras de necessidades especiais tenham condições a um atendimento onde se considere suas capacidades, particularidades e limitações.

Palavras-chave: pessoa portadora de necessidades especiais – formação profissional – Educação Física.

SUMÁRIO

1.0 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Apresentação do Problema.....	1
1.2 Justificativa.....	4
1.3 Objetivos.....	5
1.4 Hipóteses.....	5
2.0 REVISÃO DA LITERATURA.....	7
2.1 Um Pequeno Histórico.....	7
2.2 Conceitos da Deficiência.....	9
2.3 Classificação.....	11
2.4 O Currículo de Educação Física.....	13
2.5 O Currículo do Curso de Educação Física da UFPR.....	15
2.6 A Educação Física Adaptada.....	16
2.7 A formação profissional em Educação Física Adaptada.....	17
3.0 METODOLOGIA.....	21
3.1 População e amostra.....	21
3.2 Instrumentos e Procedimentos.....	21
3.3 Planejamento da Pesquisa e Tratamento Estatístico.....	22
4.0 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	23
4.1 Apresentação dos dados.....	23
4.2 Discussão dos dados.....	35
5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	43
ANEXOS.....	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ano de conclusão do curso.....	24
Gráfico 2 – Cursou a disciplina Metodologia Especial da Educação Física.....	24
Gráfico 3 – Motivos que fizeram não cursar a disciplina Metodologia Especial da Educação Física.....	25
Gráfico 4 – Base para trabalhar com determinada deficiência os que cursaram a disciplina Metodologia Especial da Educação Física.....	26
Gráfico 5 – Cursou a disciplina Educação Física Adaptada.....	26
Gráfico 6 – Motivos que fizeram não cursar a disciplina Educação Física Adaptada.....	27
Gráfico 7 – Base para trabalhar com determinada deficiência os que cursaram a disciplina Educação Física Adaptada.....	27
Gráfico 8 – As duas disciplinas deram subsídios básicos para trabalhar com pessoas portadoras de necessidades especiais.....	28
Gráfico 9 – Base para trabalhar com determinada deficiência os que cursaram uma ou as duas disciplinas.....	29
Gráfico 10 – Base para trabalhar com determinada deficiência os que não cursaram as disciplina.....	30
Gráfico 11 – Disciplina Metodologia Especial da Educação Física.....	30
Gráfico 12 – Disciplina Educação Física Adaptada.....	31
Gráfico 13 – Outras disciplinas trataram a pessoa portadora de necessidades especiais.....	31
Gráfico 14 – Outras disciplinas citadas como que trataram a pessoa portadora de necessidades especiais.....	32
Gráfico 15 – Professores que tiveram aluno portador de necessidades especiais	33
Gráfico 16 – Possibilidade de inclusão de pessoa portadora de necessidades especiais nas aulas	34

1.0 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do Problema

“A pessoa portadora de deficiência se faz presente na sociedade desde os mais remotos tempos. O tratamento dado a estas pessoas, variava conforme os valores e normas nas diferentes culturas”. (DEPAUW e GAVRON citado por FREITAS E CIDADE, 1997, p.14)

Segundo Freitas e Cidade (1997, p.15) desde os primórdios da história tanto o comportamento de tolerância, apoio e assimilação, como o de exclusão social, torturas entre outros foram observados para com as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Eles eram tratados, a partir dos não deficientes, como cita Amaral (2001, p.30) com uma generalização indevida, onde a pessoa era vista como totalmente deficiente. Ou através de uma chamada coisificação onde se desumaniza o outro, em função de sua deficiência, dele tirando a capacidade de entendimento, de discernimento, de opção. Revelando a concretização de estigmas que, em nossas sociedade, une-se à condição de deficiência a muito tempo.

Atualmente esse quadro tem mudado em alguns aspectos. Algumas pessoas já conseguem observar a pessoa portadora de necessidades especiais como uma pessoa com limitações, mas também com potencialidades. Existem leis que as incluem, programas culturais e esportivos desenvolvidos para este público, profissionais de várias áreas preparando-se e atuando para melhor atendê-los.

“Pois antes de quaisquer julgamentos e atributos de valores dados às pessoas portadoras de deficiência e a outros indivíduos que fogem aos padrões estabelecidos pela sociedade, pela cultura e pela ciência, não podemos esquecer de

que essas pessoas são seres humanos em movimento, que pensam, que sentem, que têm vontades e prazeres”. (COSTA, 2001, p.20)

SILVA citado por SILVA (1995, p.248) classifica como sendo pessoas portadoras de deficiência todas aquelas abaixo dos padrões estabelecidos pela sociedade como de “normalidade”, por motivos físicos, sensoriais, orgânicos ou mentais, e em consequência dos quais se vêem impedidos de viver plenamente.

Segundo a ONU¹ citado por Nascimento (2002, p.7) “estima-se que 10% da população brasileira é portadora de algum tipo de deficiência, ou seja, aproximadamente 13 milhões de brasileiros”. Portanto é grande o número de pessoas que possuem algum tipo de deficiência. Sendo esta uma realidade que está presente na área de atuação de muitos profissionais, inclusive do professor de Educação Física.

Dentro da Educação Física esta também não é uma realidade que se restringe somente aos professores que atuam nas escolas especiais. Segundo Nascimento (2002, p.2) “as leis e direitos que mencionam a pessoa portadora de deficiência garantem seu ingresso em escolas especializadas bem como nas instituições regulares de ensino”.

Na reforma curricular de 1987 do Curso de Licenciatura em Educação Física legalizou-se a formação do profissional no atendimento de pessoas portadoras de deficiência, com implementação de disciplinas específicas para a área adaptada (RIBEIRO, 1995, p.86), a Educação Física Adaptada.

Na Universidade Federal do Paraná, foram criadas no curso as disciplinas Metodologia Especial da Educação Física e Educação Física Adaptada ambas

¹ A Organização das Nações Unidas (ONU) começou a existir oficialmente em 24 de outubro de 1945, ocasião em que foi assinada a "Carta das Nações Unidas" - cuja essência reside na luta pelos direitos humanos; no respeito ao autodeterminação dos povos e na solidariedade internacional. A missão da ONU é fomentar a paz entre as nações, cooperar com o desenvolvimento sustentável, monitorar o cumprimento dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais e organizar reuniões e conferências em prol desses objetivos.

optativas. Com a nova reformulação curricular que entrou em vigor em 2002 foi incluída a disciplina Introdução à Educação Física Adaptada de cunho obrigatório.

“A Educação Física Adaptada é uma área da Educação Física que tem como objetivo de estudo, a motricidade humana para as pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência respeitando suas diferenças individuais”. (WERNER citado por FREITAS E CIDADE, 1997, p.28)

A lei nº 7853 de 24 de outubro de 1989, Art. 1º estabelece que ficam estabelecidas normas gerais dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de necessidades especiais, e sua efetiva integração social, nos termos desta lei.

E na aplicação desta lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

A lei garante a inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais nas escolas e em outros lugares, como em lugares de práticas esportivas. Muitos cursos de Educação Física no Brasil reformaram seus currículos para capacitar seus graduandos a atender esse público. Portanto, a maioria dos professores de Educação Física deveriam estar aptos a trabalharem com pessoas portadoras de necessidades especiais ou pelo menos terem os instrumentos básicos para isto.

Entretanto Cruz (2001, p.108) “afirma que durante e ao final da graduação uma das frases mais comuns de graduandos, e em situações específicas, de alguns professores é: eu não me sinto preparado para trabalhar com pessoas portadoras de deficiência ”.

A formação profissional na área adaptada é um assunto muito discutido. Estendendo-se desde a área formal e a não-formal. Duarte e Mauerberg citado por Porto (2001, p. 25) já apontavam que no Brasil, em 1992, as pesquisas na área da

Educação Física para portadores de deficiência andavam incipientes. Atualmente para que esse quadro possa se modificar no sentido de avanço científico na área, a formação de futuros profissionais deveria ser um ponto significativo.

Diante da situação contraditória apresentada pretende-se discutir as seguintes questões: os professores de Educação Física formados no Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Paraná, sentem-se preparados para trabalhar com pessoas portadoras de necessidades especiais? O curso tem dado subsídio para esta atuação em seus respectivos campos de atuação?

1.2 Justificativa

Segundo Lima (2001, p.102) na área de Educação Física Adaptada existe um descompasso entre a formação e a atuação dos profissionais de Educação Física, evidenciado pelo fato de existirem especialistas atuando em área para as quais não foram habilitados pelo curso e, em locais para os quais foram menos capacitados. Portanto é necessário importar-se desde a graduação com a área de Educação Física Adaptada pois conforme a necessidades do mercado e da sua pratica profissional este conhecimento é extremamente necessário.

Pois segundo Bueno citado por Cruz (2001, p.108) há a necessidade de que tanto os que atuam no ensino regular quanto no ensino especial, devem agir com o intuito de promover o devido atendimento educacional as pessoas portadoras de necessidades especiais.

A formação profissional no curso de Educação Física na área Adaptada é também importante para coordenadores de curso e professores. Pois este deve ser um tema tratado durante um curso inteiro como também em disciplinas específicas, sendo que a soma dessas deverá gerar uma formação mais consistente.

Através de direcionamentos de ementas de disciplinas, aumento nas cargas horárias, mudança de metodologias, capacitação do corpo docente, entre outros, ou seja, promover ações que melhore a qualidade do profissional formado pelo curso.

Por ser uma disciplina recente nos currículos de formação de professores de Educação Física, muitas questões ainda não estão fechadas, havendo necessidades de pesquisas que venham subsidiar a atuação de professores nos cursos de graduação e nas propostas de reformulação curricular.

1.3 Objetivos

Verificar se o Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Paraná tem oferecido subsídios suficientes para os profissionais atuarem com pessoas portadoras de necessidades especiais.

Diagnosticar quais são os acertos e falhas na formação profissional na área da Educação Física Adaptada.

Discutir como deve ser a formação do professor de Educação Física com relação à Educação Física Adaptada no Curso de Educação Física da Universidade Federal do Paraná.

1.4 Hipóteses

Os profissionais formados pelo Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Paraná não estão preparados para trabalhar com pessoas portadoras de necessidades especiais, pois tem muito pouca atenção dada durante o curso a esta área.

O fato das disciplinas, Metodologia Especial da Educação Física e Educação Física Adaptada, terem sido ofertadas como optativas restringiu a

formação profissional e a capacitação profissional, pois são as únicas direcionadas totalmente a área adaptada.

2.0 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Um Pequeno Histórico

A Educação Física Adaptada tem como marco inicial o termino da Primeira-Guerra Mundial, com os mutilados de guerra que necessitavam de atividades físicas.

Embora antes da guerra, os chineses entre 3000 a.C. a 2500 a.C. já acreditavam que os exercícios de massagens e banhos, eram preventivos, terapêuticos e serviam para aliviar distúrbios físicos e doenças. (NABEIRO citado por RIBEIRO, 1995, p.63)

Os romanos utilizavam de exercícios de prensão com cera para dar força às mãos de pacientes com artrites e também propunham exercícios para corrigir deformidades posturais.

Na época da Inquisição Católica os corpos que apresentavam defeitos físicos e ou sensoriais eram considerados hereges e endemoniados, sendo os indivíduos muitas vezes eliminado. Nos séculos XVII e XVIII, os esquimós deixavam os velhos e os deficientes em locais por onde os ursos brancos apareciam para os devorarem. Estes animais eram considerados sagrados e possuíam grande utilidade para a tribo pois aos se alimentarem de carne humana mantinham a pele em condições ótimas, o que permitia agasalhar melhor a população. (SILVA citado por PORTO, 2001, p. 19)

Na Suécia, no século XIX, utilizavam de ginástica médica para os deficientes físicos.

Mas segundo Ribeiro (1995, p.64) “somente após a Primeira Guerra Mundial que as atividades especiais tornaram-se mais evidentes, com objetivos específicos de reabilitação através de serviços especializados”.

Era necessário ampliar o número de indivíduos que poderiam atender as necessidades da produção industrial, evitando um colapso industrial, para isso

reabilitava-se os deficientes para suprir a ausência dos operários convocados à guerra. (RIBEIRO, 1995, p.64)

Com a Segunda Guerra Mundial aumentou o número de pessoas portadoras de necessidades especiais. Isto criou uma situação de emergência nos países desenvolvidos que se viam obrigados a construir centros de reabilitação e treinamento vocacional, particulares ou pagos pelo governo em todo o mundo. Como parte deste programa de reabilitação o esporte foi utilizado como forma de reabilitação dos veteranos de guerra.

Nesta perspectiva de reabilitação, a “Educação Física Adaptada, estruturou-se na década de 50, buscando atender especificamente os indivíduos que necessitassem de cuidados especiais, através do esporte ou qualquer outra atividade física”. (PEDRINELLI citado por RIBEIRO, 1995, p. 65)

O Brasil iniciou um processo de maior atenção a estas pessoas por volta da década de 70. Nessa época, algumas áreas das ciências da saúde, área da educação e área social já demonstravam envolvimento com essa temática. Outras, entretanto, começaram a estruturar o tópico portador de deficiência bem mais tarde, como é o caso da Educação Física. (PORTO, 2001, p.20)

Segundo Carmo citado por Ribeiro (1995, p.76) a participação da Educação Física no atendimento das pessoas com necessidades especiais ocorreu, após muitos anos da implementação das primeiras instituições destinadas ao atendimento desta parcela da população, que teve início nos tempos do Brasil Imperial. Quando Dom Pedro II ordenou a construção de três organizações destinadas ao atendimento de pessoa deficiente: O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, Instituto dos Surdos Mudos e o Asilo dos Inválidos da Pátria.

A partir do Ano Internacional das Pessoas Deficientes² (1981) foram

² Em 16 de dezembro de 1976, em Assembleia Geral, a ONU aprovou a Resolução nº 31/123, proclamando o ano de 1981 como Ano Internacional para Pessoas Deficientes (International Year for isabled Persons). Esta declaração tinha como propósito dar condições para implementação das resoluções anteriores, como a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes de 1975, através da

tomadas medidas para melhor organizar e estruturar a problemática social que envolve os indivíduos portadores de necessidades especiais. Nesta década houve na área de Educação Física iniciou a participação de profissionais de universidades federais e estaduais brasileiras, bem como, de pessoas ligadas ao Ministério Público Federal. Foram alguns anos marcados por encontros, reflexões, discussões e, principalmente tomada de muitas decisões.

Durante a década de 80 várias associações foram estruturadas para proporcionar às pessoas portadoras de necessidades especiais as mesmas oportunidades que os demais no sentido de torná-las mais integradas a participantes. Em 1986 criou-se a Cordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, a CORDE³.

O ser humano diferente, por não adequar-se corporalmente aos conceitos e funções estabelecidas pela sociedade em geral, era e ainda continua sendo marginalizado, discriminado, segregado e sacrificado. Atualmente, no início do século XXI, grande parte da população ainda carrega consigo estas idéias e valores depreciativos sobre a pessoa classificada como deficiente. (PORTO, 2001, p.20)

2.2 Conceitos da Deficiência

Existem muitos termos quando pensamos em conceituar as pessoas com alguma deficiência. Um deles é ***pessoa deficiente***.

conscientização do mundo todo quanto à problemática das pessoas portadoras de deficiência, para que assim pudessem haver mudanças gradativas nas condições de vida dessas pessoas marginalizadas devido à deficiência.

³A CORDE é a Diretoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, vinculada à Secretaria de Ação Social. Tem por objetivo a articulação, acompanhamento e orientação das políticas públicas relativas às pessoas portadoras de necessidades especiais, com a finalidade de assegurar o pleno exercício de seus direitos básicos e a sua efetiva inclusão social. O trabalho da CORDE visa proporcionar ao portador de deficiência um suporte, para que ele se sinta parte de uma sociedade que sabe respeitar as diferenças de cada um. Porque as diferenças não impedem ninguém de continuar a viver com dignidade, de desenvolver atividades, de sorrir, de sonhar. As diferenças não impedem ninguém de voar.

“Na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, aprovada pela Assembléia Geral da ONU, em 9 de dezembro de 1975, citado por Pedrinelli (1994), especifica em seu 1º artigo que: o termo ‘pessoa deficiente’ refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar-se a si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de suas capacidades físicas ou mentais.” (FREITAS e CIDADE, 1997, p.12)

Silva citado por Nascimento (2001, p.8) classifica pessoas deficientes como sendo “todas aquelas abaixo dos padrões estabelecidos pela sociedade como de “normalidade”, por motivos físicos, sensoriais, orgânicos ou mentais, e em conseqüência vêem-se impedidas de viver plenamente”.

O termo ***pessoa portadora de deficiência*** é também utilizado. Segundo Ribeiro (1995, p.61) é considerado pela ONU a forma de reduzir o preconceito e o estigma que a sociedade destina a essas pessoas, caracterizando que a deficiência está na pessoa, mas não na pessoa.

Entende-se, por pessoa portadora de deficiência, “a pessoa que apresenta, em comparação com a maioria das pessoas, significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter permanente, que acarretam dificuldades em sua interação com o meio físico e social”. (FREITAS e CIDADE, 1997, p.13)

Nos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, decreto nº 914, de 06 de setembro de 1998, Capítulo I, art. 3º, das disposições iniciais, é considerada pessoa portadora de deficiência aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. (NASCIMENTO, 2002, p. 8)

Para Duarte e Werner citado por Freitas e Cidade (1997, p.13), “pessoas portadoras de deficiência são seres que possuem potencialidades, limitações e diferenças que os constituem como um ser ímpar”.

Acredita-se que estes termos são utilizados a fim de diminuir a distância entre a pessoa portadora de deficiência e as pessoas ditas normais. Evitando atitudes discriminatórias, reforçando linguagens como aleijado, inválido, anormal, inapto e incapaz.

Pois nota-se com estes termos que “as palavras tem o poder de moldar imagens dos objetos de referência e a sua escolha é importante na construção ou na destruição de estereótipos”. (VASH citado por RIBEIRO, 1995, p.60)

Atualmente nos meios acadêmicos considera-se ***pessoa portadora de necessidades especiais*** o termo mais adequado, que segundo Brasil citado por Freitas e Cidade (1997, p.13) caracteriza-se um população que não é necessariamente portadora de deficiência. É um termo abrangente e define a pessoa como “a que apresenta, em caráter permanente ou temporário, algum tipo de deficiência física, sensorial, cognitiva, múltipla, conduta típicas ou altas habilidades, necessitando, por isso, de recurso especializado para desenvolver mais plenamente o seu potencial e/ou superar ou minimizar suas dificuldades”.

Mas o ponto central é que “ainda existe a necessidade da sociedade rotular o que é normal e o que é anormal, o que é eficiente e o que é deficiente, entre outros conceitos. E neste sentido, é que se atribuir à terminologia a função de transmitir determinados símbolos que muitas vezes colaboram na estigmatização e marginalização de determinados indivíduos”. (RIBEIRO, 1995, p.61)

Somente a mudança da terminologia não é suficiente. Mas junto a isto uma mudança do comportamento social em relação da pessoa portadora de necessidades especiais, sendo vistas como indivíduos iguais aos outros.

2.3 Classificação

“As deficiências a fim de estudo foram classificadas em deficiência mental, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência física, distúrbio de saúde,

deficiência da fala e linguagem, problema de conduta desajustada ou psicótica, distúrbios de aprendizagem e combinações das categorias citadas anteriormente”. (FREITAS e CIDADE, 1997, p.23)

Deficiência mental, segundo a Associação de Deficiência Mental, caracteriza-se por registrar um funcionamento intelectual geral, o que compromete a adequação às demandas da sociedade nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados pessoais, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer e trabalho. ROSADAS citado SILVA (1995, p.103) os divide em deficientes mentais, dependentes, treináveis e educáveis.

Deficiência auditiva corresponde à perda parcial da audição. A classificação é feita de acordo com a perda sensorial apresentada, medida em decibéis. (Freitas e Cidade, 1997, p.24) Comumente, “quando nasce com esta deficiência desenvolve também problemas associados à fala, estando esta na maioria dos casos que se tem conhecimento, ausente devido à lesão auditiva, ou seja, o indivíduo não escuta e conseqüentemente não se comunica através da via oral, expressando-se por meio de gestos”. (SILVA, 1995, p.250)

Deficiência visual, segundo Nascimento (2002, p.9), pode ser definida como sendo a perda ou redução sensorial da capacidade de ver. Silva (1995, p.250) também compreende em duas classificações distintas:

Deficientes cegos e os deficientes com visão parcial ou reduzida, onde os primeiros são os que têm apenas a percepção da luz ou que não têm nenhum sinal de visão e que necessitam aprender pelo centro do “braille” e de meios de comunicação não relacionados com a utilização da visão. No segundo grupo, o qual corresponde à visão parcial, enquadram-se os que têm dificuldades em identificar imagens a longa distância, mas podem reconhecê-las a pouca distância. Este autor também considera um terceiro grupo que são indivíduos portadores de um campo visual reduzido, sendo considerados com visão se esta puder ser corrigida.

Deficiência física é toda e qualquer alteração no corpo humano, resultando de um problema ortopédico, neurológico ou de má formação, levando o indivíduo a uma limitação ou dificuldade no desenvolvimento de alguma tarefa motora (COSTA,1995, p.8). Segundo Silva (1995, p.249) temos como uma das características mais marcantes as alterações de ordem ortopédicas ou neurológicas nos pacientes. Por sua vez, estas podem ser adquiridas em algum momento da vida ou o indivíduo pode nascer com elas, que quer dizer, as de caráter congênito.

Deficiência múltipla, encontra-se como característica principal a presença de duas ou mais deficiências num indivíduo. E os portadores com problemas de conduta, são considerados os que apresentam um comportamento inadequado, dependendo diretamente da intensidade e duração. Mostram uma variedade de comportamento onde o grau desses distúrbios vai ocasionar um prejuízo para seu desenvolvimento dentro dos parâmetros da "normalidade". (SILVA, 1995. p. 251)

2.4 O Currículo de Educação Física

Segundo o dicionário Aurélio, currículo é parte de um curso literário ou as matérias constantes de um curso. Pode-se dizer que o currículo compõe os vários níveis de uma educação formal.

Os currículos são caracterizados como um dos elementos responsáveis diretamente pela qualidade de ensino, por representar no seu interior a existência de conteúdos, programas, estratégias metodológicas que serão desenvolvidos no sistema escolar. Entretanto, este dado não permite afirmar que modificações curriculares permitiram chegar a resultados esperados, como a qualidade de ensino, por exemplo. (NASCIMENTO, 1995, p. 36)

Pois a qualidade dos sistemas e centros educativos se vinculam às características consideradas qualitativas dos processos e produtos da educação:

currículo, seleção e formação do professor, tipo de liderança, entre outros aspectos. (DE LA ORDEM citado por RIBEIRO, 1995, p.37)

Segundo Ribeiro (1995, p.37) os cursos de Educação Física tem buscado, desde sua estruturação atender às necessidades do mercado de trabalho. Primeiramente aos alunos do ensino regular e depois muitas outras clientelas que surgiram conforme modismos da sociedade. Para tais, os currículos foram se adaptando através da inclusão de novas disciplinas habilitando futuros profissionais a diferentes práticas.

Entretanto “o mercado de trabalho sempre será um marco referencial muito provisório, por isso fugaz. E por ter referência no dinheiro, produz instabilidade constante, revelando seu alto índice de falsidade pedagógica. Não podemos confundir curricularmente, com frequência exagerada, valores monetários com os valores educacionais”. (PITHAN da SILVA e MORO, 1998, p.262)

Em 16 de julho de 1987, o Conselho Federal de Educação, revogou a resolução 69, de 6/11/69, emitindo a resolução nº 03, de 16 de junho de 1987 que determinava um prazo de no máximo de 2 anos para a implementação de um novo currículo dos cursos de Educação Física, onde havia a obrigatoriedade da inclusão no currículo do curso de Educação Física de, no mínimo, uma disciplina com 60 horas/aulas para tratar sobre a atividade física e o esporte para as pessoas portadoras de deficiência.

Este veio como oportunidade importante diante das novas perspectivas do profissional no mercado de trabalho, como também na necessidade de promoção de novos pesquisadores, viabilizando a formação de profissionais críticos e envolvidos com uma Educação Física que necessitava de um respaldo teórico próprio em busca de sua legitimidade.

“O desporto como atividade difundida em todos os níveis sociais e educacionais, nos anos 80, fez com que a Educação Física desenvolvesse a

seguinte estrutura: escolar – atividade física de lazer – auto-nível”. (RIBEIRO, 1995, p.47)

Embora os primeiros currículos de Educação Física, ainda no período higienista e militarista, apresentavam objetivos que iam ao encontro do aumento da capacidade física do indivíduo. Posteriormente, outros currículos observam a preocupação com a saúde da população brasileira. O desenvolvimento de idéias que reforçam a formação de corpos perfeitos na busca da eugenia fortalece o surgimento de pensamentos de discriminação de corpos que, se possuísssem alguma deficiência, deveriam ser afastados para que a raça não fosse contaminada. (RIBEIRO, 1995, p.53)

Sendo os currículos baseados na esportivização e a maneira que desenvolveu seus conteúdos excluiu de sua prática vários indivíduos e, principalmente ao que mais precisavam, como as pessoas portadoras de deficiência.

Entretanto segundo Wanderley citado por Ribeiro (1995, p.51) “nenhuma instituição de ensino superior, por mais eficiente que seja a prática pedagógica dos profissionais que nela atuam, e por mais articulados e consistentes que sejam seus currículos, pode fornecer a formação completa e definitiva.”

Com as alterações da realidade nos currículos de Educação Física, estruturou-se através da reforma curricular uma disciplina com conteúdos aplicados aos indivíduos que necessitam de atividades motoras especiais.

2.5 O Currículo do Curso de Educação Física da UFPR

Conforme a resolução n. 03 de junho de 1987 do Conselho Federal de Educação (CFE) algumas instituições de ensino superior que formam professores de Educação Física tiveram que passar por uma reforma curricular. Incluindo a Universidade Federal do Paraná, mais especificamente o Departamento de Educação Física.

Com a resolução final tem o parecer do CFE nº 6288/88 que oficializa a carga horária num total de 3.210 horas-aula, fazendo-se assim a divisão: 780 horas-aula para formação sócio-filosófica-biológica, 1.800 horas-aula para formação técnica e 630 horas-aula correspondem ao aprofundamento (verificar anexo 1 a grade horária do curso).

Sendo que o sistema de aprofundamento caracteriza-se pela escolha do aluno por disciplinas ofertadas naquele ano. Existem uma série de disciplinas que podem ser ofertadas mas depende de professores, estrutura, e outros aspectos para que sejam ofertada.

2.6 A Educação Física Adaptada

A Educação Física Adaptada é considerada como especificamente destinada ao atendimento das pessoas portadoras de necessidades especiais em atividades motoras.

Segundo RIBEIRO (1995, p.55),

Educação Física Adaptada é um programa de atividades desenvolvimentistas, onde os exercícios rítmicos, os jogos, as atividades recreativas e de lazer serão adequadas ao interesses, às capacidades e limitações dos indivíduos, em função de alguma deficiência, seja no nível funcional, orgânico e/ou sensorial, estão impedidas de participar das atividades desenvolvidas pela Educação Física.

Educação Física Adaptada, segundo Sherrill citado por Ribeiro (1995, p.56), “é um abordagem que visa o aumento da qualidade e quantidade das experiências positivas do movimento. É uma área de estudo que prepara profissionais para auxiliar problemas psicomotoras que limitam o sucesso do movimento. Alguns associados a deficiências, mas outras estão ligados ao ambiente e ao estilo de vida do indivíduo”.

Segundo Mauerberg (1992, p.79) a Educação Física Adaptada relaciona-se a pessoas portadoras de deficiência física, auditiva ou visual e mesmo múltiplos. Como também às pessoas que tem algum tipo de limitação ao realizar as atividades como cardíacos, asmáticos, hipertensos e gestantes.

Bueno e Resa citado por Freitas e Cidade (1997, p.29), a “Educação Física Adaptada para portadores de deficiência não se difere da Educação Física em seus conteúdos, mas compromete técnicas, métodos e formas de organização que podem se aplicados ao indivíduo deficiente. É um processo de atuação docente com planejamento e atuação visando a atender às necessidades de seus educandos.”

Podemos encontrar alguns autores que consideram o termo Educação Física Especial como a Educação Física para pessoas deficientes e outros consideram o termo Educação Física Adaptada e Educação Física Especial com o mesmo significado. (PEDRINELLI citado por FREITAS E CIDADE, 1997, p.29)

2.7 A formação profissional em Educação Física Adaptada

Nos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências (CORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA, 1994, p.10) relata-se a importância da formação profissional aos profissionais que atenderam as pessoas portadores de deficiência, como o apoio a formação de recursos humanos para atendimento adequado e eficiente da pessoa portadora de deficiência.

Na Declaração de Salamanca cita-se que a preparação adequada de todos os profissionais de educação é também um dos fatores chaves para proporcionar a mudança para escolas integradas. (CORDE, 1997, p.37)

A Constituição Brasileira de 1988 garante a integração de pessoas portadoras de deficiências na rede regular de ensino, entretanto o trabalho com estes indivíduos é

realizado em escolas especiais. Sendo uma situação contraditória, evidencia-se que o atendimento continua sendo diferenciado. Para este autor, este fato decorre da falta de uma preparação adequada, principalmente dos professores, para receber os "deficientes". (GARCIA, 1995, p.48)

Muito se tem pesquisado sobre a importância de uma formação eficiente por partes dos profissionais que pretendem trabalhar com pessoas portadoras de necessidades especiais, mas também os que não pretendiam e acabam trabalhando com este público.

Para Lima (1995, p.317) o educador necessita de fundamentação teórico-prático, pois eles se confrontam com conteúdos e situações que foram adquiridas esparsamente e de afogadilho, causando assim um desconforto e um desgaste ao iniciar o trabalho. E também ressalta que sem um conhecimento prévio profissional terá dificuldade de criar e desenvolver as atividades.

Neste caso, é muito importante que eles tenham pelo menos um pouco de experiência para trabalhar com as pessoas portadoras de necessidades especiais e, neste caso, é a Universidade quem deveria oportunizar seus conhecimentos a este primeiro contato com essas pessoas, para aprenderem na prática como elas devem ser tratadas dentro de suas limitações. (NASCIMENTO, 2002, p.17)

Pois é necessário uma preparação psicológica, como oportunidades de contato entre acadêmicos e as pessoas portadoras de necessidades especiais. Pois são nestas, que as dificuldades são apontadas, sendo necessário incluir técnicas de comunicação, discutir estilos, coordenação de atividades a serem utilizadas. (TOLOCHA citado por NASCIMENTO, 1998, p.17)

As universidades devem, também, desempenhar um importante papel consultivo na elaboração de serviços educativos especiais, principalmente com relação à pesquisa, à avaliação, à preparação de formadores de professores à elaboração de programas e materiais pedagógicos (CORDE, 1997, p.38).

NETO (1995, p. 188) afirma que “é necessário implementar nas Universidades projetos de extensão, na área de atividade física e esporte para pessoa portadora de deficiência para que o aluno de graduação tenha contato prático com esta clientela. Para fomentar o processo de reflexão e discussão da prática da Educação Física voltada para pessoas portadoras de deficiência, necessária a sua transformação e superação, quando possíveis”.

Nas universidades brasileiras fica difícil falar em formação profissional em qualquer área, pois em várias delas não conseguiram se estruturar nem em termos de transmissão de ensino atualizado, outras, já transferiram para a pós graduação a tarefa da graduação. Para ele, o profissional deve ter o conhecimento do aumento do número de PPD nas escolas comuns, bem como a legislação que lhes garante direitos de frequentar um ensino.(PERES citado por NASCIMENTO, 2002, p.21)

Para isto não é somente uma disciplina que dará conta deste conhecimento somente, mas como Cruz citado por Nascimento (2002, p.22) afirma que este tema deve ser envolvido com outros temas nas disciplinas e fazendo a relação entre elas, possibilitando ao aluno um conhecimento inicial para enfrentar as necessidades exigidas na área de Educação Física Adaptada.

Costa citado por Porto (2001, p.23) comenta que na formação do aluno, o tema pessoa portadora de deficiência deve fazer parte de todas as disciplinas, pois ninguém melhor que o próprio professor da disciplina para fazer as adequações metodológicas quando se fizerem necessárias.

Como Cruz (2001, p.109) cita a importância de que assunto necessidades especiais seja incutido na formação profissional, em nível de graduação, do professor de Educação Física. “Isso pode ser realizado envolvendo o tema com outras disciplinas e não somente criando novas disciplinas específicas. Abordando esse tema nas disciplinas e fazendo a relação entre elas, possibilitará ao aluno um conhecimento inicial para enfrentar as necessidades exigidas na área de Educação Física Adaptada”.

Pois hoje, segundo Porto (2001, p. 24) o educador físico não se encontra apenas nos meios formais, mas em todo e qualquer ambiente onde pessoas, de um modo geral, se encontram para a prática de atividades corporais, ou seja, escolas, clubes, academias, hotéis, centros comunitários, instituições, clínicas, hospitais, e outros.

“Estar preparado, do ponto de vista da formação/preparação, implica em considerarmos inicialmente que a formação profissional é um processo longe de se esgotar no ensino superior. Mas a despeito das limitações existentes neste processo, não podemos abrir mão de que professores recém-formados deveriam possuir ferramentas básicas para suas incursões profissionais futuras”. (CRUZ, 2001, p.108)

A formação na área da Educação Física Adaptada para ser boa segundo Krug citado por Nascimento (2002, p.20) “deve ser realizada por um conjunto de pessoas interessadas em ensinar, aprender e principalmente a refletir sobre os problemas enfrentados, para poder criar novas propostas que possam vir a melhorá-la”.

Peres citado por NASCIMENTO (2002, p.21) levanta que “repensar a formação profissional em Educação Física não pode repetir os erros de épocas anteriores, como simplesmente mudar o currículo, elenco de disciplinas, distribuição de carga horária somente por mudar, sem conscientização dos profissionais, preparando-os para um período de transformação, motivando-os para o momento atual da nossa sociedade”.

As pessoas portadoras de deficiência conseguiram um direito que elas já deveriam ter pelo direito de igualdade, cabe então a nós, refletirmos se estamos realmente capacitados para atendê-los, uma vez que a Educação Física é a disciplina que trabalha com o corpo e o movimento. E se é pelo movimento que as pessoas têm a oportunidade de descobrirem seus limites e capacidades, sua criatividade, de interagir com o outro, de solucionar problemas, participar do lúdico e socializar-se, entre outras coisas, temos um grande arma para inserir as pessoas portadoras de deficiência na sociedade em sua totalidade, preparando não só ela para a sociedades, mas também a sociedade para ela”. (NASCIMENTO,2002,p.25)

3.0 METODOLOGIA

3.1 População e amostra

A população do estudo foi constituída pelos egressos do Curso de Licenciatura em Educação Física formados entre os anos de 1994 e 2002.

A amostra foi trinta e quatro professores de Educação Física que responderam ao questionário enviado.

3.2 Instrumentos e Procedimentos

O instrumento utilizado foi o questionário contendo dezenove questões abertas e fechadas. As questões buscavam uma breve identificação do professor, a área de atuação, sua capacitação para trabalhar com deficiências específicas, se cursou as disciplinas Metodologia Especial de Educação Física e Educação Física Adaptada e questões referentes a essas no que diz respeito a carga horária, conteúdos, estratégias metodológicas, entres outros. Também foi perguntado sobre outras disciplinas que contemplaram a pessoa com necessidades especiais, cursos e projetos de extensão universitária realizado na área. E se no campo atual de atuação do profissional é possível a inclusão de pessoas portadoras de deficiência e se já teve contato com esse público. Todas as questões ofereciam espaço para colocar observações a respeito da resposta (verificar anexo 2).

Este questionário foi remetido para 139 professores via e-mail ou pessoalmente, dos quais foram respondidos 34, caracterizando um porcentagem de retorno de 24,46%.

Para verificar a validade do questionário, ele foi analisado por dois professores do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná.

A coleta desses dados foram realizadas nos meses de agosto a outubro de 2003.

3.3 Planejamento da Pesquisa e Tratamento Estatístico

Esta pesquisa caracteriza-se por ser uma pesquisa de campo, descritiva com enfoque qualitativo e quantitativo que utiliza como método para levantamento de dados o questionário. Foi realizada uma breve revisão da literatura.

Foi utilizada a estatística de distribuição de frequência com valores percentuais com os dados obtidos.

Estes foram divididos em categorias conforme os achados mais relevantes. Feito esta divisão, foram elaborados gráficos para melhor visualização de cada categoria. Posteriormente foi realizada uma descrição de cada gráfico e, em alguns colocou-se as considerações que os professores relataram em suas respostas.

Com esta apresentação dos dados, foi realizada a discussão dos pontos mais significativos juntamente com algumas considerações de autores da área.

4.0 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Apresentação dos dados

O questionário foi dividido em categorias para melhor análise, sendo elas:

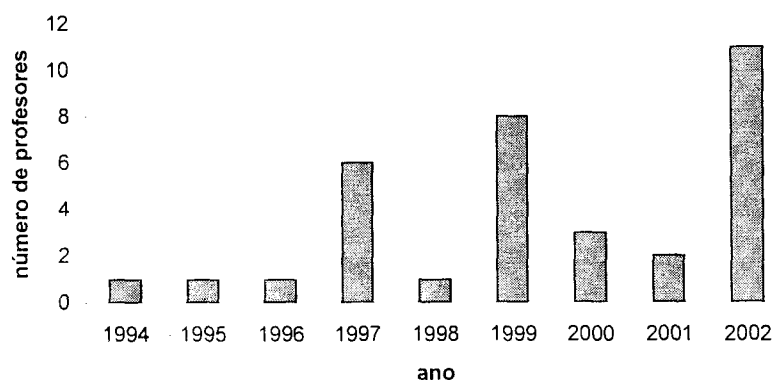
- ano de conclusão do curso;
- os professores que cursaram a disciplina Metodologia Especial da Educação Física e Educação Física Adaptada;
- os motivos pelos quais os outros professores não fizeram estas disciplinas;
- a base para trabalhar com determinada deficiência os que cursaram a disciplina Metodologia Especial da Educação Física e Educação Física Adaptada;
- a base que os professores que não cursaram as disciplinas citam ter para trabalhar com deficiências
- considerações dos que cursaram estas disciplinas a respeito do encaminhamento destas disciplinas;
- se estas duas disciplinas dão base para trabalhar com pessoas portadoras de deficiência;
- outras disciplinas que abrangem a pessoa portadora de deficiência;
- se já deram aula para aluno portador de deficiência e
- a possibilidade de inclusão dessas pessoas nas aulas ministradas por estes professores.

Com estas categorias estabelecidas foram elaborados gráficos com os resultados obtidos.

O primeiro gráfico mostra o ano de conclusão do curso desses trinta e quatro professores. Pode-se notar que a maioria dos professores formou-se no ano

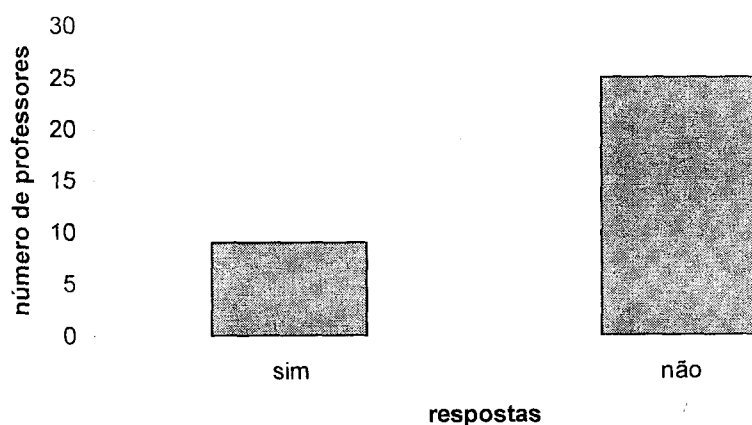
de 2002 com onze professores (32,35%), 1999 com oito professores (23,53%) e 1997 com seis professores (17,64%). Os anos de 2000 e 2001 tiveram três (8,82%) e dois (5,88%) professores respectivamente e os demais anos (1998,1996,1995 e 1994) somente um professor por ano (somando 11,76%).

GRÁFICO 1: Ano de conclusão do curso



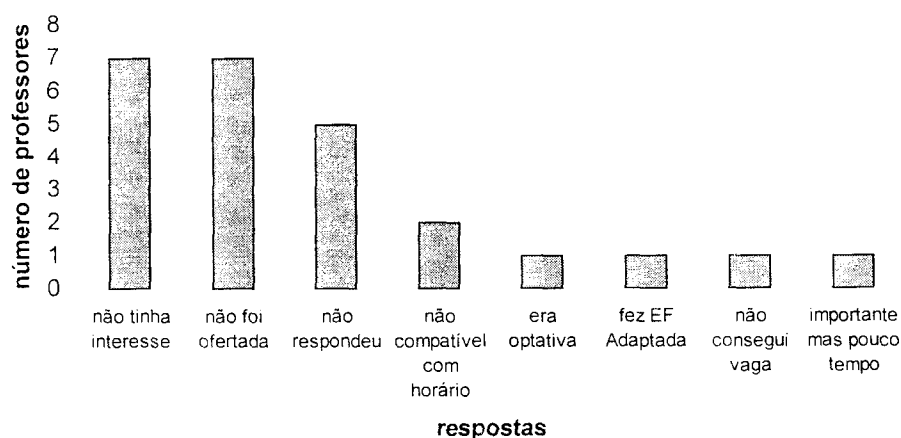
O segundo gráfico evidencia o número de professores que cursaram a disciplina Metodologia Especial da Educação Física e os que não a cursaram. Nota-se que apenas nove professores (26,47%) cursaram esta disciplina, restando vinte e cinco (73,52%) professores sem cursarem esta disciplina.

GRÁFICO 2: Cursou a disciplina Metodologia Especial da Educação Física



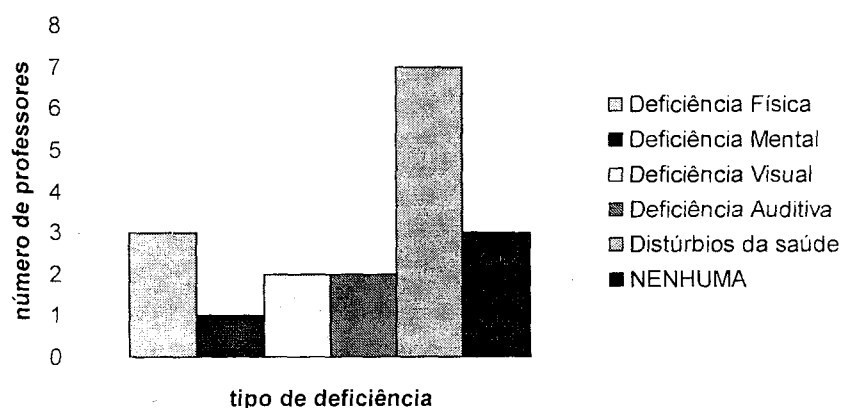
O gráfico 3 tem relação com o gráfico 2, pois mostra os motivos que levaram a maioria dos professores a não cursar a disciplina Metodologia Especial da Educação Física. Observa-se que a maioria, sete professores (20,58%), responderam que não tinham interesse e que esta disciplina não foi ofertada durante a graduação. Cinco não responderam (14,70%), para dois (5,88%) o horário era incompatível e os demais citaram que não a cursaram pois era optativa, fez outra disciplina da área a Educação Física Adaptada, não conseguiu vaga e considerava importante mas com pouco tempo para um assunto tão importante.

GRÁFICO 3: Motivos que fizeram não cursar a disciplina Metodologia Especial da Educação Física



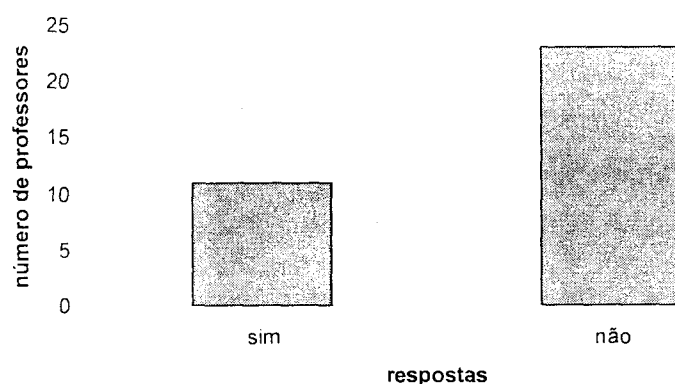
O gráfico 4 demonstra os professores (nove) que cursaram a disciplina Metodologia Especial da Educação Física e a base que eles relataram terem para trabalhar com as deficiências (física, mental, visual, auditiva), distúrbios da saúde e os que citaram nenhuma. Nota-se que três professores (33,33%) citaram deficiência física, um (11,11%) deficiência mental, dois (22,22%) deficiência visual e a mesma quantidade para deficiência auditiva. Sete (77,77%) citaram distúrbios da saúde e três (33,33%) nenhuma.

GRAFCO 4: Base para trabalhar com determinada deficiência os que cursaram a disciplina Metodologia Especial da Educação Física



O próximo gráfico mostra o número de professores que cursaram a disciplina Educação Física Adaptada e os que não a cursaram. Observa-se que onze professores (32,35%) a cursaram e vinte e três (67,64%) não.

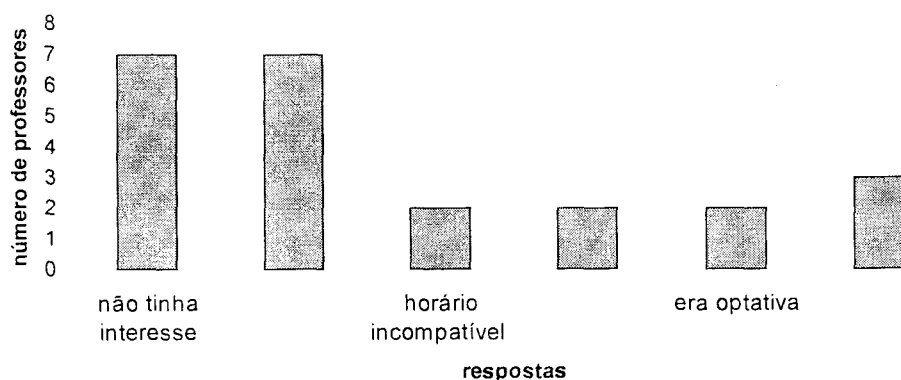
GRÁFICO 5: Cursou a disciplina Educação Física Adaptada



O gráfico 6 tem relação com o gráfico 5 porque mostra os motivos dos que não cursaram a disciplina Educação Física Adaptada. Pode-se notar que sete professores (20,58%) não tinham interesse e o mesmo número não respondeu esta questão, três (8,82%) citaram que não foi ofertada durante a graduação e os demais

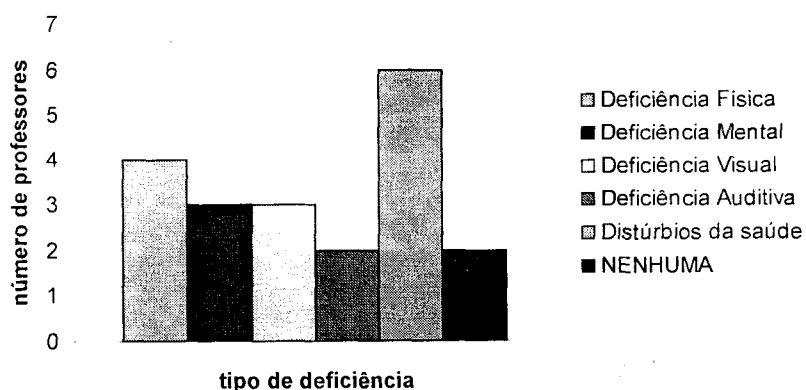
atribuíram a falta de vaga, incompatibilidade de horário e ser optativa o fato de não a cursarem (5,08% cada uma).

GRÁFICO 6: Motivos que fizeram não cursar a disciplina Educação Física Adaptada



O gráfico 7 relata dos onze professores que cursaram a disciplina Educação Física Adaptada e sentiram-se com base para trabalhar com as deficiência, com distúrbios de saúde e com nenhuma deficiência. Pode-se notar que quatro (36,36%) professores colocaram deficiência física, três (27,27%) deficiência mental e visual e dois (18,18%) deficiência auditiva. Seis (54,54%) citaram distúrbios da saúde e dois (18,18%) nenhuma.

GRÁFICO 7: Base para trabalhar com determinada deficiência os que cursaram a disciplina Educação Física Adaptada

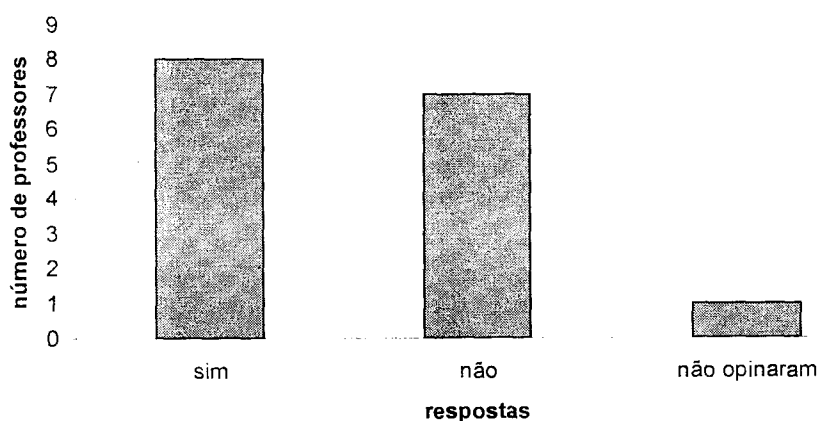


O próximo gráfico diz respeito as disciplinas Metodologia Especial da Educação Física e Educação Física Adaptada darem subsídios básicos para os professores atuarem com alunos portadores de deficiência. Neste somente foram consideradas as opiniões dos professores que cursaram pelo menos uma das disciplinas em questão (dezesseis professores). Observa-se que oito professores (50%) julgaram que estas disciplinas dão base para trabalhar com pessoas portadoras de deficiência e sete (43,75%) acham que não dão base, somente um professor (6,25%) não respondeu esta pergunta.

Os que afirmaram que as disciplinas oferecem uma pequena base para trabalhar com pessoas portadoras de deficiência, colocaram que elas deram uma noção dessa realidade. Mas que não é suficiente para o profissional que pretende atuar nesta área, também colocaram que é pouco específica mas que acrescenta na prática do profissional.

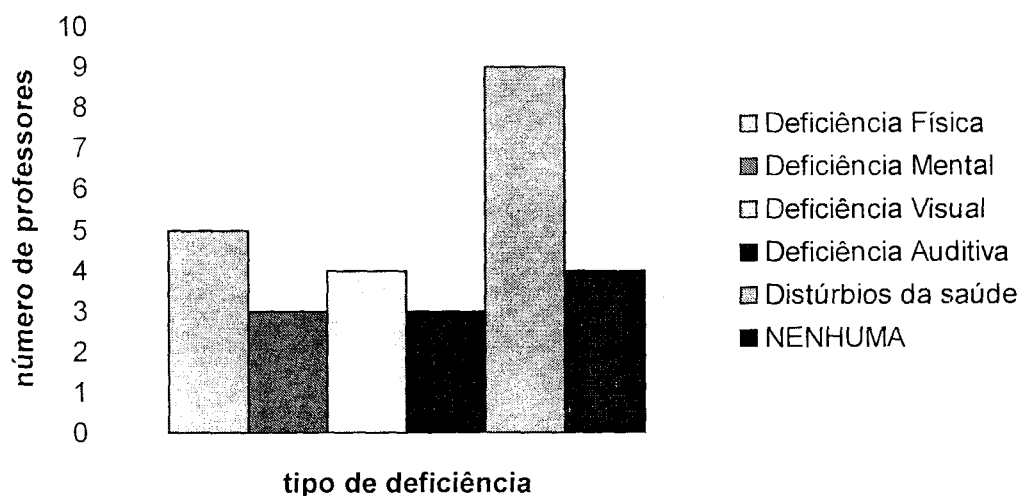
Os que negaram enfatizaram que oferece base teórica boa mas que a prática deixa a desejar, que deu um conhecimento básico mas não segurança para atuar nessa área, falta conteúdo e prática, além dos conteúdos serem superficiais e muito básico.

GRÁFICO 8: As duas disciplinas deram subsídios básicos para trabalhar com pessoa portadora de necessidades especiais



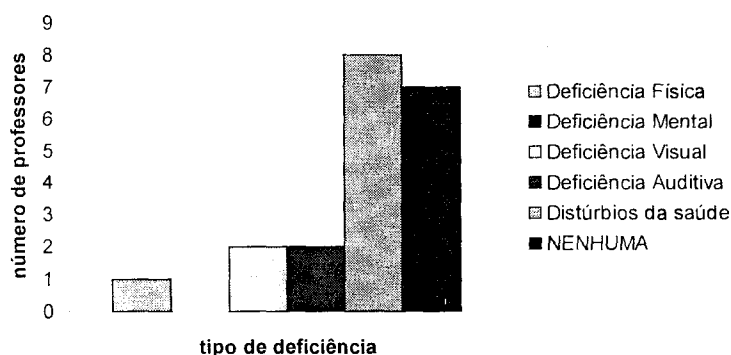
O gráfico 9 demonstra os que cursaram uma ou as duas disciplinas com relação a base que se sentem para trabalhar com as deficiências. Dos dezesseis professores que se encontram neste quadro, cinco (31,25%) relataram se sentirem com base para trabalhar com deficiência física, três (18,75%) com deficiência mental, quatro (25%) com deficiência visual, três com deficiência auditiva, nove (56,25%) com distúrbios da saúde e quatro (25%) colocaram nenhuma deficiência.

GRÁFICO 9: Base para trabalhar com determinada deficiência os que cursaram uma ou as duas disciplinas



Em contrapartida, o gráfico 10 demonstra os que não cursaram nenhuma das disciplinas e a base que relataram ter para trabalhar com determinadas deficiências. Dos dezoitos professores que não cursaram as disciplinas foi citado por um (5,55%) base para trabalhar com deficiência física, nenhum (0%) citou deficiência mental. Dois (11,11%) citaram deficiência visual e auditiva, oito (44,44%) distúrbios de saúde e sete (38,88%) citaram nenhuma deficiência.

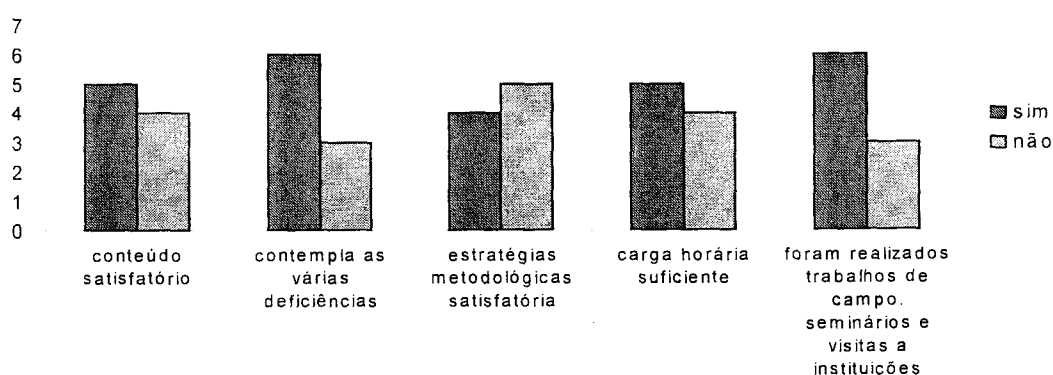
GRÁFICO 10: Base para trabalhar com determinada deficiência os que não cursaram as disciplinas



Os gráficos 11 e 12 mostram as considerações que os professores fizeram a respeito do encaminhamento das disciplinas, quanto ao conteúdo serem satisfatórios, contemplarem as várias deficiências, as estratégias metodológicas serem satisfatórias, a carga horária suficientes e se foram realizados trabalhos de campo, seminário e visitas a instituições.

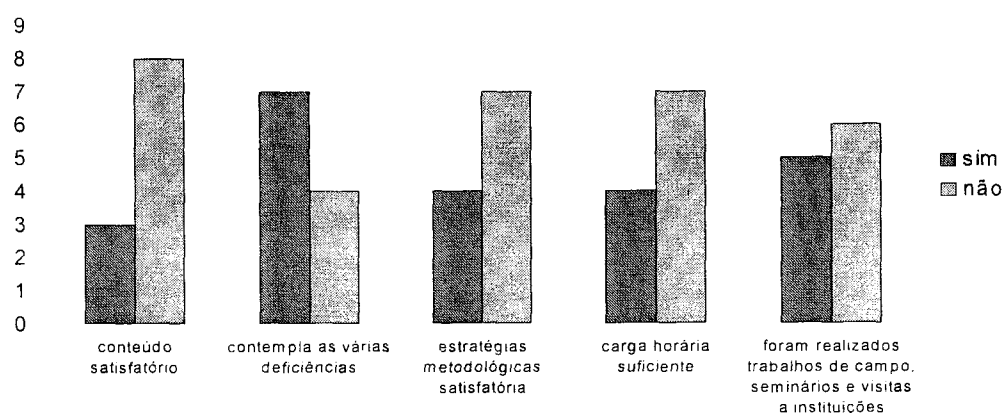
Com relação a disciplina Metodologia Especial da Educação Física, a maioria dos professores julgaram que o conteúdo foi satisfatório (14,70%) e contemplou várias deficiências (17,64%), e que foram realizados trabalhos de campo, seminários e visitas a instituições (17,64%). Também acharam que a carga horária foi suficiente (14,70%). O único item que a maioria achou que não foi satisfatória foram as estratégias metodológicas (14,70%).

GRÁFICO 11: Disciplina Metodologia Especial da Educação Física



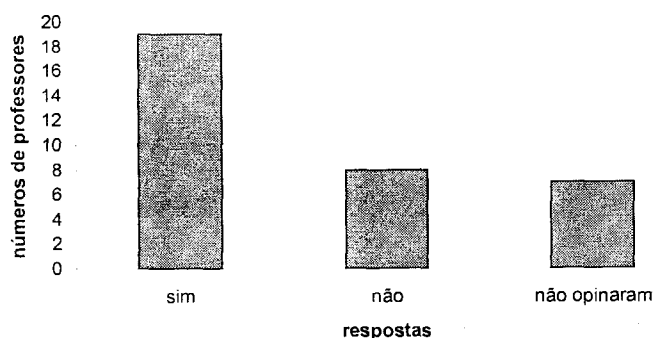
Com relação a disciplina Educação Física Adaptada a maioria dos professores (20,58%) colocaram que os conteúdos contemplaram várias deficiências, mas um número significativo de professores acharam que os conteúdos (23,53%) e as estratégias metodológicas (20,58%) não foram satisfatórios, a carga horária não foi suficiente (20,58%) e não foram realizados trabalhos de campo, seminários e visitas a instituições (17,70%).

GRÁFICO 12 : Disciplina Educação Física Adaptada



O gráfico 13 relata outras disciplinas que tratam a pessoa portadora de necessidades especiais. Dezenove (55,88%) professores citaram que outras disciplinas contemplaram, oito (23,52%) colocaram que não e sete (20,58%) relataram nenhuma disciplina.

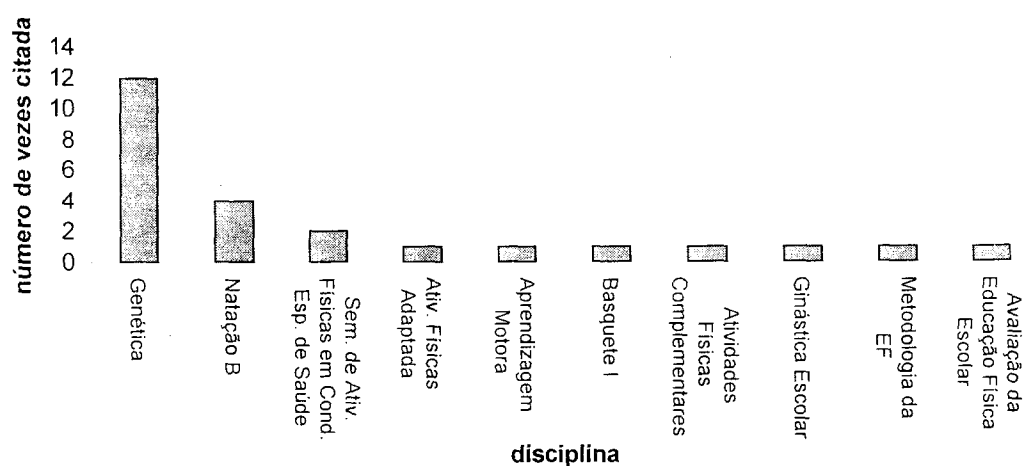
GRÁFICO 13: Outras disciplinas trataram a pessoa portadora de necessidades especiais



O gráfico 14 relata as outras disciplinas que os professores lembravam ter contemplado a pessoa portadora de necessidades especiais. As disciplinas mais mencionadas foram Genética e Evolução Aplicada à Educação Física citado por 12 professores (35,29%), Natação B por quatro (11,76), e Seminário de Atividades Físicas em Condições Especiais de Saúde por dois professores (5,88%).

As demais disciplinas: Atividades Físicas Complementares, Aprendizagem Motora, Basquete I, Atividades Físicas Adaptada, Ginástica Escolar, Metodologia do Ensino de Educação Física e Avaliação da Educação Física Escolar também foram citadas.

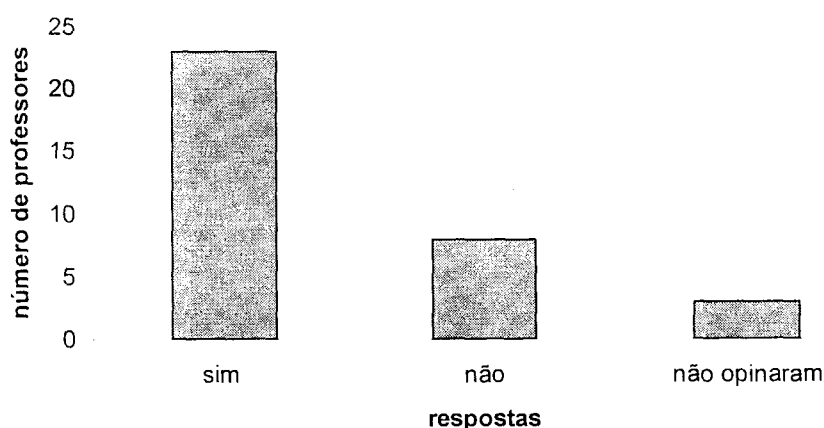
GRÁFICO 14: Outras disciplinas citadas como que trataram a pessoa portadora de necessidades especiais



O próximo gráfico contempla se os professores já tiveram algum aluno portador necessidades especiais. Vinte e três professores (67,64%) já tiveram e oito (23,53%) não. Três professores (8,82%) não responderam esta pergunta. Com relação as dificuldades relatadas encontramos: falta de estrutura para aluno, dificuldade de comunicação e explicação dos exercícios e também como chamar atenção de alunos portadores de deficiência auditiva, o aluno ter deficiências

múltiplas, os professores precisam adaptar os exercícios e não saber os limites do aluno, não progredirem nos exercícios, agressividade com alunos com deficiência mental, não saber como trabalhar as limitações do aluno, como agir com eles, dificuldades de memorização dos alunos com deficiência mental, e como controlar as aulas práticas os alunos portadores de deficiência auditiva. Os que não tiveram aluno portador de necessidades especiais relataram não haver procura e não ter possibilidade por ser atividades de ginástica.

GRÁFICO 15: Professores que tiveram aluno portador de necessidade especiais

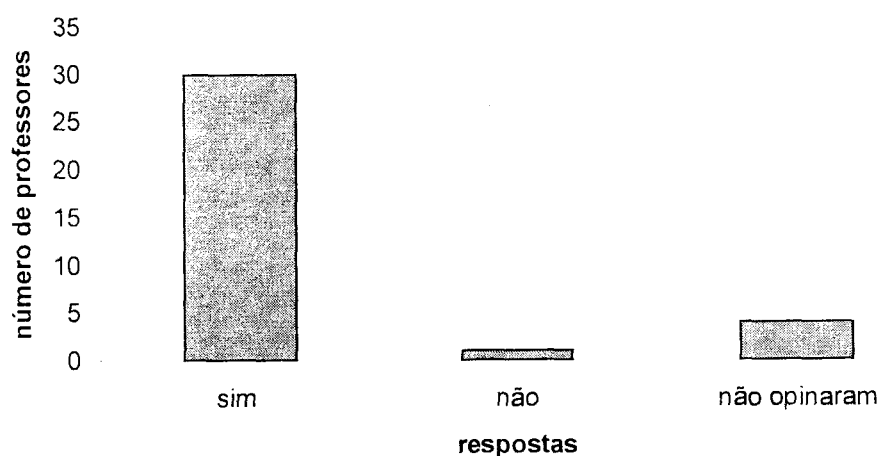


O gráfico 16 mostra a possibilidade de inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais nas aulas que os professores ministram. Um número significativo de trinta professores (88,23%), consideram possível a inclusão, somente um (2,94%) acha que não é possível e quatro professores (11,76%) não responderam.

Relatando como estes professores fariam esta inclusão, foram colocados que adaptariam os exercícios a necessidade de cada aluno, adaptando gestos e falas para compreensão, que só seria possível com deficiências pequenas,

acompanhando individualmente, com alunos portadores de deficiência auditiva que fizessem leitura labial ou que tivessem tradutor de libras, cuidando das necessidades especiais de cada um, como se atua com pessoas sem deficiências, nada muito especial, observando os limites e necessidades especiais, evitando ao máximo a exclusão, iria depender da pessoa explicar como proceder, dependendo do tamanho da turma sendo muito difícil com turmas grandes, com devidos cuidados, sendo criativo, adaptando a aula e o aluno a situação proposta, somente poderia ser possível como participante pois no alto nível não tem como coloca-los com pessoas sem suas limitações sendo só possível pessoas portadoras de deficiência auditiva, analisando para detectar as limitações e desde que se esteja aptos para trabalhar e nunca esquecendo que são pessoas que precisam de atenção especial. O único professor que acha não ser possível coloca por não estar preparado.

GRÁFICO 16: Possibilidade de inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais nas aulas



4.2 Discussão dos dados

Mediante a apresentação dos dados obtidos pode-se levantar algumas considerações.

A maioria dos egressos do Curso de Licenciatura em Educação Física citaram sentirem-se com base para atuar com pessoas com distúrbios da saúde. Pois esta acaba englobando vários tipos de doença, mas com relação as deficiências poucos foram os que citaram estarem aptos a receberem algum aluno portador de deficiência. Principalmente entre os professores que não cursaram nenhuma das disciplinas específicas. Estes professores em outras perguntas relataram já terem recebido alguns alunos com determinada deficiência, e muitas vezes, a deficiência mencionada era a que ele se deparou no seu campo de atuação. Então o professor acaba aprendendo lidar com a deficiência no momento que ele tem um aluno com tal deficiência.

Com relação as disciplinas que tratam especificamente as pessoas portadoras de deficiência, a Metodologia Especial da Educação Física e Educação Física Adaptada teve uma pequena parcela que as cursou, e a maioria destes afirmaram não se sentirem seguros para trabalhar com pessoas portadoras de necessidades especiais.

Quando avaliou-se o percentual dos que se sentiam aptos para trabalhar com determinada deficiência, os que cursaram uma ou as duas disciplinas colocaram estarem mais preparados para enfrentar as deficiências do que os que não cursaram, citando mais deficiências.

Entretanto é esse o papel dessas disciplinas, oferecer uma base para trabalhar com pessoas portadoras de necessidades especiais.

Bueno citado por Cruz (2001, p. 108) que tratando-se de formação profissional existe uma falsa dicotomia, o embate entre especialista e generalista, em face da necessidade de que tanto os que atuam no ensino regular (ou em outra

área da Educação Física) quanto os que atuam no especial devem agir no intuito de promover o devido atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais.

O fato desses professores cursarem a disciplina norteia, mesmo que pouco, o trabalho com pessoas portadoras de necessidades especiais, pois entraram em contato, mesmo que superficialmente com essa realidade. Juntamente com outras disciplinas essa base ficaria mais forte, mas uma não exclui a outra. Cruz (2001, p 109) cita que apenas uma disciplina com 68, 136 ou quantas horas lhe sejam atribuídas dará “conta do recado”, mas tampouco sugere a exclusão de uma disciplina que trate com mais profundidade de aspectos conceituais a ela relacionados. Aponta para o envolvimento de outras disciplinas do curso com o referido tema.

Esse autor ainda coloca que “esse envolvimento promove o adensamento dos aspectos procedimentais e atitudinais presentes na competência profissional almejada em um curso de graduação em Educação Física, principalmente se a intenção é prestar serviços de qualidade a todas as pessoas inseridas em nosso contexto social”.(CRUZ,2001, p. 109)

Em relação a isso, Duarte (1992, p. 57) acredita que

também chegará o momento em que a disciplina natação (por exemplo) estará complementando em seu conteúdo os deficientes físico e visual, o idoso, o hipertenso, dentre outros. Quando chegarmos a este nível, talvez não se faça mais necessário uma disciplina específica para tratar dos esportes adaptados (por exemplo), pois estará sendo vistos em todas as disciplinas desportistas. Porém, sem dúvida haveremos de ter sempre um momento no currículo para a disciplina que aborde questões básicas sobre esta população. Mas estamos longe disso ainda.

Ficou evidente isso quando somente uma disciplina, Genética e Evolução Aplicada à Educação Física , foi citada por um número grande de professores por ter tratado a pessoa portadora de necessidades especiais em seus conteúdos.

O fato de tratar ou não este tema em uma disciplina abrange vários fatores, um dele é citado por Porto (2001, p. 24) pois geralmente os discursos dos professores das disciplinas evidencia a visão do ser humano e de mundo que eles possuem. Se esta for reducionista e fragmentada, visualizando a Educação Física somente para seres “normais”, mostram a falta de informações que possuem a respeito da amplitude e compromisso da área. O professor das disciplinas, quer ela da área sociais, biológicas e específicas da Educação Física, há que debater sobre as relações existentes no mundo, comentar a maneira que os educadores físicos devem olhar, tratar, respeitar e oportunizar a todos os homens sem distinção e discriminação. E que é possível oportunizar para eles práticas corporais, adaptando-as a toda e qualquer situação que por ventura estas pessoas estiverem expostas.

Esse autor comenta ainda que a visão de corpo perfeito e talentoso está sendo superado pela Educação Física e isso precisa ser enfatizado aos discentes por toda a área de conhecimento durante o curso todo. Eles precisam acreditar que todos os corpos são corpos com potencialidades e limitações, todos os corpos são “diferentes-eficientes”.

Entretanto a maioria dos profissionais que não cursaram as disciplinas específicas da área adaptada julgaram não terem interesse nessa área. Mas independente disso, a maioria dos professores tiveram algum aluno portador de necessidades especiais. Revelando ser esta uma realidade que está suscetível a qualquer campo de atuação em que este profissional esteja inserido.

Segundo Duarte (1992, p. 56) “o profissional na sua lide diária tratará com uma população heterogênea, constituída por crianças, idosos, adultos, deficientes, gestantes, atletas, obesos, enfim com a sociedade de uma forma geral”.

Estando apto ou não, o profissional terá que desenvolver atividades com este aluno, ficando muitas vezes sua atuação baseada em “achismos”, superficialmente, gerando inseguranças, frustrações, medos por não ter se deparado com esta realidade anteriormente. E como cita Lima (1995, p. 336) “sem o

conhecimento prévio da realidade, o profissional terá dificuldade de criar e desenvolver suas atividades.”

Pois como afirma Duarte (1992, p. 55) “é necessário existir projetos de extensão à comunidade, na área de atividades físicas e esportes para pessoas portadoras de necessidades especiais para que o aluno de graduação tenha um contato prático com essa clientela”. Este mesmo autor comenta que é necessário que em sua formação o profissional deverá saber quais são as características básicas de cada deficiência, ou como é o trabalho com pessoas portadoras de necessidades especiais, enfim com o homem de uma forma geral.

Com relação a isso, mediante aos relatos de como os professores atuaram com alunos portadores de necessidades especiais, mostrou uma atuação muito superficial, sem a mínima preparação pois não cursaram disciplinas que tratavam das deficiências e não fizeram nenhum curso na área. Infelizmente a maioria teve que adaptar e reestruturar aulas, aprender a se comunicar, utilizar meios e a criatividade para conseguir trabalhar com esses alunos. O que poderia ser poupado de tamanho desgaste se houvessem cursado pelo menos uma disciplina nessa área. Não que seria a solução da Educação Física Adaptada, mas evitaria choque que os professores tem ao se encontrarem com um aluno tão especial.

Lima (1995, p. 336) coloca que “os profissionais se confrontam com situações para as quais, na maioria das vezes, não estão preparados. O desconhecimento relativo às limitações, potencialidades e educação da pessoa portadora de necessidades especiais fazem com que estes profissionais se sintam impotentes diante das questões relacionadas à área.”

E além de serem ofertadas as disciplinas específicas é importante que essas tenham conteúdos bem trabalhadas, estratégias metodológicas que sejam aptas a construir e transmitir conhecimento, que tenham o foco as deficiências, suas características, particularidades, que adapte esses a carga horária proposta, que

oportunize através de vivências práticas, seminários, palestras, visitas à instituições especializadas no atendimento a pessoa portadora de necessidades especiais.

Para formar uma base sólida para quando este graduando estiver atuando ter como proporcionar a esse público uma aula bem elaborada e com os devidos cuidados.

Outro fato colocado pelos alunos que não cursaram as disciplinas específicas foi a incompatibilidade de horário, não haver vaga e ser optativa. Pithanda Silva e Moro (1998, p.262) comentam que “nós é que de fato somos os grande responsáveis pela qualificação direta, de nós mesmos e do produto, do qual pudemos produzir”. Para este autor a grade horária optativa como aprofundamento complementar nas mais varias iniciativas seria um passo de qualidade e de amadurecimento para o curso.

Entretanto muitas vezes o acadêmico não tem noção da importância de determinadas disciplinas optativas que não tem outra similar obrigatória, concluindo o curso sem ter vivenciado esse conhecimento. E somando ao fato de nem todas as optativas serem capazes de comportarem todos os alunos em vagas e horários acaba-se formando um profissional que somente na prática detectará as falhas na sua formação.

E se tratando de inclusão de alunos portadores de necessidades especiais a maioria dos professores acham ser capazes de acolherem em suas aulas a pessoa portadora de necessidades especiais, mas a suas considerações de como a fariam demonstrou ser muito simples. A maioria adaptaria, mudaria alguns pontos da aula, etc, mas será que só isso seria suficiente? Alguns até colocaram que teriam que ser deficiência menores para poderem participar, outro que por ser alto nível só seria possível incluir a pessoa fosse portadora de deficiência auditiva. Na realidade, a maioria mostrou ter uma noção muito superficial das particularidades das deficiências. Poucos salientaram que é necessário que o professor esteja apto para tal atuação.

Segundo Costa (1995, p.74) “a grande insegurança demonstrada pelos professores de Educação Física quando se fala no trabalho com pessoa portadora de necessidades especiais, naturalmente é fruto e reflexo da frágil formação acadêmica que recebemos na nossa graduação”.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação profissional é uma tema que deve ser sempre debatido no meio acadêmico, pois é através destas que pode-se tomar alguns parâmetros para a melhora do ensino.

Na área da Educação Física Adaptada esta torna-se uma realidade ainda mais complexa pois na maioria das vezes o graduando durante o curso não reconhece a importância do conhecimento específico desta área. Tendo muitas vezes que aprender a lidar com esta realidade quando depara-se com ela em seu campo de atuação.

Não se pode mais imaginar que independente de onde este profissional esteja que nunca terá um aluno portador de alguma necessidade especial e este professor deveria estar preparado em todos os aspectos para isso.

Neste estudo, embora com uma amostra muito pequena que não dá o direito de tomar-se fortes conclusões, pode-se colocar que uma parcela muito grande dos professores formados pela UFPR no curso de Educação Física não tem subsídio básicos para trabalhar com estes alunos.

Pode-se dizer que o sistema optativo implantado pelo UFPR tem a vantagem de dar a liberdade para o aluno optar por uma ou outra disciplina, entretanto, nesta escolha pode-se rejeitar certos conhecimentos que não terão contato em outras disciplinas.

Pois somente os que cursaram tais disciplinas foram os que mais citaram estarem com base para trabalhar com as deficiências. Isso é um fato que mostra a importância das disciplinas.

O mais proveitoso seria que em todas as disciplinas, quer elas da área da educação, biológica, sociais, tratassem da questão do deficiente no conhecimento específico da disciplina. E juntamente com uma disciplina específica seria um bom passo para uma formação sólida nesta área. Pois certamente em uma disciplina

somente é impossível colocar todos os aspectos pertinentes a pessoa portadora de necessidades especiais.

Pois por mais preparado que o docente esteja ao ofertar estas disciplinas (específica) ele estará limitado pela complexidade do assunto e pelo pouco tempo disponível para transmiti-lo.

No novo currículo implantado no curso de Educação Física da UFPR já existe uma disciplina obrigatória que trata a pessoa portadora de necessidades especiais. É uma conquista que vem para reparar as aristas da formação anterior de professores, mas o que não quer dizer que está fará milagres, mas pelo menos dará uma noção nesta área.

Pois as pessoas portadoras de necessidades especiais como qualquer outra pessoa precisam ser atendidas por profissionais capacitados. Para que cada vez mais eles tenham a segurança de frequentarem lugares onde o profissional de Educação Física esteja atuando, com a certeza que estes saberão como os tratarão com suas capacidades e limitações.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Lígia Assumpção. **Atividade Física e Diferença Significativa/Deficiência: algumas questões psicossociais remetidas à inclusão/convívio pleno.** In: IV Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada, 2001, Curitiba. Anais... Curitiba, Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada, 2001, p. 30 – 31.

CORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA (CORDE). **Os direitos das pessoas portadoras de deficiência Lei nº 7.853/89 Decreto nº 914/93.** Brasília, 1994.

COSTA, Alberto Martins. **A formação de recursos humanos para Educação Física Adaptada.** In: IV Simpósio Paulista de Educação Física Adaptada, 1992, São Paulo. Anais... São Paulo: USP – EEFUSP, 1992, p. 73-75.

CRUZ, Gilmar de Carvalho. **Formação profissional em Educação Física à luz da inclusão.** In: IV Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada, 2001, Curitiba. Anais... Curitiba, Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada, 2001, p. 108 – 109.

DUARTE, Edison. **Educação Física Adaptada: Especialização ou Formação Básica?** In: IV Simpósio Paulista de Educação Física Adaptada, 1992, São Paulo. Anais... São Paulo: USP – EEFUSP, 1992, p. 54-56.

FREITAS, Patrícia Silvestre de; CIDADE, Ruth Eugênia Amarante. **Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadora de Deficiência: uma abordagem para professores de 1º e 2º graus.** Uberlândia: Breda, 1997.

GARCIA, Cristiane Arantes. O Deficiente Integrado na Rede Regular de Ensino de 1º Grau. In: CARMO, Apolônio Abadio do; SOUZA e SILVA, Rosana Valéria (Org.). **Educação Física e a Pessoa Portadora de Deficiência: contribuição à produção de conhecimento.** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1995, p.47 - 88.

LIMA, Solanange Rrodovalho. **Cursos de Especialização em Educação Física Adaptada: a realidade dos egressos.** In: IV Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada, 2001, Curitiba. Anais... Curitiba, Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada, 2001, p. 102 –103.

LIMA, Sonia Maria Toyoshima. Educação Física Adaptada nas Instituições de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência em Maringá. In: CARMO, Apolônio Abadio do; SOUZA e SILVA, Rosana Valéria (Org.). **Educação Física e a Pessoa Portadora de Deficiência: contribuição à produção de conhecimento.** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1995, p. 317 – 339.

MAUERBERG, Eliane . **A pesquisa na área da Educação Física Adaptada**. In: IV Simpósio Paulista de Educação Física Adaptada, 1992, São Paulo. Anais...São Paulo: USP – EEFUSP, 1992, p.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS (CORDE). **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, 1997

NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Histórico da ONU**. Disponível em: . Acesso em outubro de 2003.

NASCIMENTO, Gizele da Silva. **Educação Física Adaptada e a Formação de Professores**. 2002. 52 f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná; Curitiba.

NETO, Joaquim Ferreira de Aquino. A Participação do Deficiente Físico na Educação Física Escolar. In: CARMO, Apolônio Abadio do; SOUZA e SILVA, Rosana Valéria (Org.). **Educação Física e a Pessoa Portadora de Deficiência: contribuição à produção de conhecimento**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1995, p.171 – 189.

PITHAN da SILVA, S ; MORO, R.L. **A formação de professores de Educação Física e o lugar da prática curricular**. In: Produção dos Acadêmicos do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria no ano de 1998. Santa Maria: UFSM/CEFD, 1999, p. 260.

PORTO, Eline T. R. A Pessoa Portadora de Deficiência e as Áreas de Conhecimento no Curso de Educação Física da UNIMEP. In: **Revista da Sobama**, Curitiba, v.6, n.1, p. 19 – 26, 2001.

RIBEIRO, Sônia Maria. **A disciplina Educação Física Adaptada nas Universidades Estaduais do Paraná: legalidade e improvisação**.1995, 145 f. Monografia (Mestrado em Educação Motora) – Universidade Metodista de Piracicaba; Piracicaba.

SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL (SEAS); DIRETORIA PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA (CORDE/DF). **A CORDE**. Disponível em: . Acesso em outubro de 2003.

SILVA, Hilda de Santana. O Deficiente Visual e a Capacitação do Professor de Educação Física. In: CARMO, Apolônio Abadio do; SOUZA e SILVA, Rosana Valéria (Org.). **Educação Física e a Pessoa Portadora de Deficiência: contribuição à produção de conhecimento**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1995, p. 95 – 120.

SILVA, Paulo Pedro. Descrição Metodológica do Uso de Aparelhos de Musculação para Pessoas Portadoras de Deficiência Física: Poliomilite e Acidente Vascular Cerebral – A.V.C. In: CARMO, Apolônio Abadio do; SOUZA e SILVA, Rosana Valéria (Org.). **Educação Física e a Pessoa Portadora de Deficiência: contribuição à**

produção de conhecimento. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1995, p. 237 – 315.

ANEXOS

Anexo 1 - Grade Horária do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Paraná

1º ano					
Código da disciplina	Carga horária semanal			Crédito	Pré-requisito
	AT	AP	TOT		
BE 447 Voleibol A	01	01	02	03	-
BE 448 Desenvolvimento Motor	01	01	02	03	Co-req ET417
BE 453 Ginástica Escolar A	01	01	02	03	-
BE 449 Natação A	01	01	02	03	-
BE 450 Ritmo e Música em EF	01	00	01	02	-
BE 451 Basquetebol A	01	01	02	03	-
EP 431 Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus	02	00	02	04	-
ET 417 Psicologia da Educação	02	00	02	04	-
BQ 403 Bioquímica Fundamental	02	00	02	04	-
BC 401 Citologia e Histologia Geral	02	00	02	04	-
BA 404 Anatomia Humana e do Movimento	02	02	04	06	-
BE 454 História da EF	02	00	02	04	-
BE 455 Teoria da EF	03	00	03	06	-
BE 452 Futebol A	01	01	02	03	-
TOTAL					30
2º ano					
BE 461 Handebol A	01	01	02	03	-
BE 457 Cinesiologia	02	00	02	04	BA 404
BE 456 Aprendizagem Motora	02	01	03	05	BE 448 + ET 417
BE 459 Atletismo A	02	01	03	05	-
BE 460 Ginástica Escolar B	01	01	02	03	BE 453
BE 474 Atividades Rítmicas	01	01	02	03	BE 450
EM 406 Metodologia do Ensino da EF	02	00	02	04	-
EM 401 Didática A	02	00	02	04	ET 417 + ET 401
BE 462 Introdução à Filosofia da EF	02	00	02	04	-
BE 458 Lazer e Recreação	02	01	03	05	-
BF 405 Fisiologia Humana e do Esforço	02	02	04	06	BQ403/ BA404
BG 401 Genética e Evolução Aplicada à EF	02	00	02	04	BC401
TOTAL					29
3º Ano					
MS 005 Higiene Escolar (sem)	02	00	02	02	EP 431
EM 430 Métodos e Técnicas de Pesquisa Educacional	02	01	03	05	-
EM 446 Prática de Ensino e Estágio Supervisionado de EF	00	00	04	04	EM 401 + EM 406

BE465 Ginástica Rítmica Desportiva A	01	01	02	03	-
BE 466 Lutas Aplicadas à EF	01	01	02	03	-
BE 463 Antropometria	01	01	02	03	-
BE 464 Ginástica de Aparelhos	01	01	02	03	-
BE 467 Diagnóstico da Realidade Contemporânea	02	01	03	05	-
TOTAL					20
4º Ano					
BE 484 Orientação para Atividade para Aptidão Física e Saúde	02	01	03	05	-
BE 479 Seminário de Monografia	01	01	02	03	-
BE 481 Atividades Físicas Complementares	01	01	02	03	Em 430
BE 482 Socorros de Urgência e Prevenção de Acidentes	01	01	02	03	-
BE 483 Organização e Administração da EF	02	00	02	04	-
BE 480 Avaliação da EF Escolar	01	01	02	03	-
TOTAL					15

Disciplinas Optativas

BE 492 Atividades Físicas em Academia	01	01	01	03	-
BE 485 Metodologia Especial da EF	01	01	02	03	-
BE 493 Aplicação Profissional na Área não formal	01	01	02	03	BE 458
BE 470 Dança Aplicada à EF	01	01	02	03	BE 474
BE 494 Handebol B	01	01	02	03	BE 461
BE 468 Voleibol B	01	01	02	03	BE 447
BE 471 Natação B	01	01	02	03	BE 449
BE 469 Atletismo B	01	01	02	03	BE 459
BE 488 Judô	01	01	02	03	BE 466
BE 487 Karatê	01	01	02	03	BE 466
BE 490 Esgrima	01	01	02	03	BE 466
BE 491 Capoeira	01	01	02	03	BE 466
BE 478 Tênis de Campo	01	01	02	03	-
BE 477 Basquetebol B	01	01	02	03	BE 451
BE 496 Ginástica Artística Masculina	01	01	02	03	BE 464
BE 497 Ginástica Artística Feminina	01	01	02	03	BE 464
BE 472 Futebol de salão	01	01	02	03	-
BE 495 Organização de Competições	01	01	02	03	-
BE 473 Futebol B	01	01	02	03	BE 452
CI 228 Laboratório de Informática I	00	04	04	02	-
HB 408 Orientação Bibliográfica	02	00	02	04	-
EM 377 Métodos e Técnicas Educacionais de Prevenção às Drogas	03	00	03	03	-
EM 414 Metodologia do Ensino da Pré-Escola	04	00	04	08	-
HP 442 Psicologia do Excepcional I	02	02	04	06	-
BE 486 Ginástica Rítmica Desportiva B	01	01	02	03	BE 465

BE 489 Seminário de Atividades Físicas em Condições Especiais de Saúde	02	00	02	04	-
BE 498 ^A Atividades Aquáticas	01	01	02	03	BE 449
BE Educação Física Adaptada	01	01	02	03	-
BE 501 Introdução ao Treinamento Desportivo	01	01	02	03	-
BE 557 Prescrição de Exercício para crianças e adolescente em condições especiais de saúde	01	01	02	03	-

AT = Aula Teórica

AP = Aula Prática

TOT= Total

CR = créditos

CH SEMANAL = Carga Horária Semanal

Anexo 2 – Questionário enviado aos professores

Este questionário tem como objetivo levantar se o curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Paraná tem oferecido subsídios suficientes para os profissionais atuarem com pessoas portadoras de deficiência. Desde já agradeço sua colaboração.

Janaina Sestrem

1. Nome: _____ 2. Idade: _____

3. Ano que se formou: _____

4. Atua na área: () sim () não

5. Especifique sua área de atuação: _____

6. Na sua opinião, o currículo de Licenciatura em Educação Física lhe deu base para atuar com:

() Deficiente físico

() Deficiente mental

() Deficiente visual

() Deficiente auditivo

() Distúrbios de saúde

7. Você cursou a disciplina Metodologia Especial da Educação Física?

() sim Qual o ano? _____

() não, porque? Sentiu falta e/ou dificuldade? Quais? _____

8. Você cursou a disciplina Educação Física Adaptada?

() sim Qual o ano? _____

() não, por que? Sentiu falta e/ou dificuldade? Quais? _____

9. Você acha que estas duas disciplinas optativas dão subsídios básicos para o professor de Educação Física atuar com pessoas que tem algum tipo de deficiência?

() sim () não

Por que? _____

10. Os conteúdos abordados são satisfatórios, levando em consideração que estas disciplinas se propõem a trabalhar com as deficiências?

() sim () não

Observações: _____

11. As disciplinas contemplam as várias deficiências?

() sim () não

Observações: _____

12. As estratégias metodológicas utilizadas pelo docente foram satisfatórias nestas disciplinas?

() sim () não

Observações: _____

13. A carga horária total da disciplina foi suficiente?

() sim () não

Observações: _____

14. Durante as aulas foram desenvolvidos trabalhos de campo, palestras, seminários, visitas à instituições especiais?

() sim () não

Observações: _____

15. Além destas disciplinas, há outras que contemplaram os assuntos relacionados a pessoa com necessidades especiais?

() sim () não Quais foram? _____

16. Você participou de algum curso nesta área?

() sim () não Qual(is)? _____

17. Participou de algum projeto de extensão universitária ou estágio onde atuava com pessoas com algum tipo de necessidade especial?

() sim () não Qual(is)? _____

18. No seu campo de atuação, você já teve ou tem algum aluno com necessidades especiais?

() sim. Quais as dificuldades encontradas? _____

() não. Por que? _____

19. É possível a participação de pessoas com necessidades especiais em aulas que você ministra?

() sim. Como? _____

() não. Por que? _____
